

**PROCESSO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA
E/OU TRANSTORNOS NA REDE PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE
ITAMARANDIBA-MG**

Vanessa Nayara Cypriano ¹
Ana Paula Gomes Silva Queirós ²
Marlene Tiago de Souza Silva ³
Raiane Aparecida Coelho ⁴
Raquel Schwenck de Mello Vianna Soares ⁵

A inclusão pode ser conceituada como: “a melhoria de capital humano por meio da educação, do treinamento e de empregos de melhor qualidade, podendo contribuir significativamente para o aumento da inclusão social” (Mazza, 2005, p. 183).

Por outro lado, o mesmo autor considera a exclusão como: “inacessibilidade ao mercado de trabalho — a incapacidade de gerar uma renda familiar de subsistência, a desvalorização ou falta de reconhecimento do trabalho diário do indivíduo, a discriminação e a ausência de proteções legais básicas do trabalho” (Mazza, 2005, p. 183).

No cenário brasileiro, a discussão sobre acessibilidade ganhou destaque nas últimas décadas, impulsionada por uma série de avanços legislativos e pela conscientização crescente sobre a importância de garantir igualdade de oportunidades para todos, a equidade, garantir a inclusão e erradicar a exclusão.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, foi um marco legal que trouxe avanços significativos para a inclusão deste público na sociedade. Esta lei abrange diversos aspectos da acessibilidade, incluindo educação, transporte, trabalho, cultura e tecnologia.

No contexto legal, além do Estatuto da Pessoa com Deficiência, outras legislações também impactam a acessibilidade no Brasil. A Lei nº 10.098/2000, por exemplo, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Essa lei é essencial para orientar a adaptação de edificações, espaços públicos e meios de transporte.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia – EAD da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, nayaravanessa781@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Pedagogia – EAD da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, anapaulagomessilvaqueiroz@gmail.com;

³ Graduanda do Curso de Pedagogia – EAD da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, deborareispedagogia02@gmail.com;

⁴ Graduanda do Curso de Pedagogia – EAD da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, raahcoelho321@gmail.com;

⁵ Professora orientadora: Doutora em Educação, Faculdade Interdisciplinar em Humanidades – FIH Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, raquel.schwenck@ufvjm.edu.br.

Na esfera da educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) estabelece em seu artigo 58 que “educação especial é a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.” E o Plano Nacional de Educação (PNE) estipula que os alunos com necessidades especiais entre 4 e 17 anos devem ser incluídos nas salas de aulas comuns.

Ademais, o decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 estabelece que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem a função de integrar a proposta pedagógica da escola, envolvendo a família para garantir o acesso e participação dos estudantes, atender às necessidade do público alvo da Educação Especial e articular com as políticas de inclusão.

Além disso, a Política de Educação Especial vigente indica que os sistemas de ensino são responsáveis pelo “acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender às necessidades educacionais de todos os estudantes” (BRASIL, 2008)

Embora muitas legislações adotem o tema acessibilidade, na prática, as instituições de ensino enfrentam dificuldades, pois não se diz respeito a apenas ajustar os acessos do espaço físico, mas também aos recursos e estratégias de ensino utilizadas.

Para tanto, o presente estudo tem como objetivo compreender o processo de inclusão dos estudantes com deficiência e/ou transtorno na rede pública de ensino de Diamantina – MG, sob a percepção dos profissionais, além de verificar como tem sido tratada a inclusão pelos órgãos educacionais responsáveis.

O presente trabalho se caracteriza como qualitativo e transversal. A amostra foi composta por 14 escolas públicas municipais e estaduais de Educação Básica de Itamarandiba – MG.

As respostas dos profissionais das escolas aqui estudadas serão apresentadas neste estudo como E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7...E14.

Como instrumento de coleta de dados, foi elaborado um questionário pelos próprios pesquisadores e inserido no *Google Forms* com questões fechadas e abertas sobre dados gerais da escola, como total de alunos matriculados, tempo da escola no município e dados específicos sobre a inclusão de alunos com deficiência e transtorno, como o número total de alunos, os tipos de deficiência/transtorno, a existência de sala de recursos e profissionais surdos nestas.

Neste serão analisadas as respostas subjetivas (abertas) dos profissionais das escolas com relação à acessibilidade. As questões seguem:

- *Como a escola promove a acessibilidade desse público?*

- *Como a inclusão das Pessoas com Deficiência (PcD) e/ou transtornos é tratada pela escola e pelo governo?*
- *Poderia nos dar alguma sugestão sobre como melhorar a inclusão de PcD e/ou transtornos na Educação Básica?*

Após análise das respostas à luz da literatura, foi possível fazer recortes de trechos mais significativos, que serão apresentados a seguir.

No que tange à acessibilidade promovida pelas escolas pesquisadas, foi possível perceber que, em sua maioria, os profissionais da educação ainda pensam somente que a presença do profissional de apoio e intérprete de Libras são suficientes para promoverem a inclusão escolar, havendo uma transferência de responsabilidade da inclusão para os profissionais de apoio que acompanham os estudantes com deficiência e/ou transtorno, como pode ser visto nas falas:

Como a escola promove a acessibilidade desse público?

“Trabalho acolhedor de interação, estudo de casos entre outros” (E3).

“A escola oferece condições para a participação dos mesmos em todo âmbito escolares” (E7).

“Através do professor intérprete de Libras” (E10).

“Participando de todas as ações da escola, sendo incluídos em todas as atividades” (E14).

Pode-se verificar que esta transferência de responsabilidade para o profissional de apoio e, em específico o intérprete de Libras, ocorre quando não há uma relação direta entre o professor e o estudante com deficiência, ou seja, não há uma comunicação direta entre ambos, em virtude do professor regente não conhecer o básico a Língua Brasileira de Sinais (Soares, *et al.*, 2021).

Com relação à segunda pergunta feita aos profissionais da educação nas escolas pesquisadas: “Como a inclusão das Pessoas com Deficiência (PcD) e/ou transtornos é tratada pela escola e pelo governo?”. As seguintes respostas foram ofertadas:

“O governo atua fornecendo recursos e orientações necessárias para desenvolvimento dos projetos” (E6).

“A secretaria de Educação e escola buscam desenvolver atividades que proporcionem ao aluno um desenvolvimento satisfatório em todos os campos. Buscando sempre seu desenvolvimento e socialização” (E7).

Percebe-se que, de acordo com os relatos, a inclusão está ocorrendo de maneira satisfatória, seguindo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

A terceira e última pergunta sobre a inclusão, na verdade foi uma solicitação de sugestão de como melhorar a inclusão de PcD e/ou transtornos na Educação Básica. As sugestões mais relevantes foram:

“Ofertar mais possibilidades de capacitação para os atuantes na área” (E2).

“Maior participação da família na escola. Os pais são muito ausentes” (E5).

“Formação e acompanhamento das práticas educativas ofertadas a esses alunos” (E14).

Dentre as sugestões que mais foram colocadas pelos profissionais da educação entrevistados, os cursos e formação continuada na área da inclusão foram as que mais chamaram a atenção, ou seja, os profissionais da educação ainda não se sentem preparados para lidarem, de maneira, completa, com os estudantes com deficiência e/ou transtorno. Além disso, a parceria entre escola e família também foi um fator importante mencionado e deve ser basilar na construção de uma boa relação entre instituição educacional e família. Neste sentido, Da Silva e Klumpp (2020) trazem que “a relação empática entre escola e família pode facilitar o processo de inclusão, pois tanto a família quanto a escola podem trabalhar como parceiras visando o mesmo objetivo: o desenvolvimento das potencialidades do aluno com deficiência e sua consequente inclusão” (p. 4611).

O presente trabalho teve como objetivo compreender o processo de inclusão dos estudantes com deficiência e/ou transtorno na rede pública de ensino de Itamarandiba – MG, sob a percepção dos profissionais, além de verificar como tem sido tratada a inclusão pelos órgãos educacionais responsáveis.

Neste sentido, foi possível depreender que o processo de inclusão na rede pública de ensino tem sido percebido somente como uma transferência de responsabilidade de transferência para o profissional de apoio, muitas vezes o intérprete de Libras. No entanto, não está havendo uma preocupação na formação do cidadão com deficiência e/ou transtorno, nem na formação do profissional que acompanha este estudante.

No que tange à como a inclusão vem sendo tratada pelo governo e escola, o que ficou mais evidente foi que as políticas públicas adotadas estão surtindo efeito positivo e que a inclusão está ocorrendo de maneira satisfatória para os profissionais da educação entrevistados.

Por fim, com relação às sugestões para uma melhor inclusão, os profissionais sugeriram que houvesse capacitações para todos os educadores, mas principalmente para os profissionais de apoio que acompanham os estudantes com deficiência e/ou transtorno, uma vez que percebem que a formação ainda é muito generalista e, muitas vezes, não atende às demandas.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), por meio do Programa Institucional de Bolsas de

Iniciação à Docência (Pibid), subprojeto Pedagogia EAD e Letras da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM.

Palavras-chave: Inclusão, Estudantes com deficiência e/ou transtornos, acessibilidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF: Senado Federal, 2015.

_____. MEC/SECADI. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. 2008.

_____. Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. Brasília, 2000.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996**. BRASIL.

_____. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

MAZZA, J. **Inclusão social, mercados de trabalho e capital humano na América Latina**. In: BUVINIC, M.; MAZZA, J.; DEUTSCH, R. (Orgs.). **Inclusão social e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

SOARES, R.S.M.V.; SOARES, W.D.; FREITAS, D.A.; FAGUNDES, L.C.; SILVEIRA, A.A.D.; FERREIRA, B.C. **Formación de Profesores de Lengua Portuguesa en la Perspectiva de la Educación de Sordos**. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru, v.27, e0004, p.793-812, 2021.